



APROVADA

ATA DO PLENO ORDINÁRIO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2018

1
2
3
4
5 No vigésimo sétimo dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove
6 horas e vinte e três minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno
7 Ordinário do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente do Recife - COMDICA, na sede do órgão, situado na Rua Benfica, nº
9 373 - Madalena, Recife-PE, e a presidente Maria do Livramento de Aguiar coloca
10 para deliberação os seguintes temas em pauta: **APROVAÇÃO DAS ATAS;**
11 **APRESENTAÇÃO DA PLATAFORMA QUERO IMPACTAR; PUBLICAÇÃO DO**
12 **EDITAL DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS; DEMANDA DAS COMISSÕES;**
13 **APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS**
14 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; DEFINIÇÃO DE DATA PARA**
15 **FECHAMENTO DA AVALIAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS (VIOLÊNCIA**
16 **SEXUAL E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL) e INFORMES GERAIS.**
17 *Participaram do pleno na condição de conselheiras(os): Maria do Livramento de*
18 *Aguiar (CRP); Alexandre José Bastos Nápoles de Carvalho Filho (Secretaria de*
19 *Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos);*
20 *Germana Bezerra Suassuna (Secretaria de Saúde); Andréa Ricardo de Castro*
21 *(Secretaria de Educação); Albérico Spinelli Correia dos Santos (Secretaria de*
22 *Finanças); Andréa Maria Guerra Coimbra de Carvalho (Procuradoria Geral do*
23 *Município); Ana Paula Lins e Silva (Espro); Valderlene Guimarães Santos (Crefito);*
24 *Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (CRESS); Evandro Alves de Freitas (Instituto*
25 *Solidare); e, também, os seguintes representantes da sociedade civil e*
26 *convidados(as): Fernando Valença (Geração 4); Rebeca de Souza, Valesca Romão e*
27 *Frederico (Controladoria Geral do Município); Charlene Alba da Cruz (Instituto de*
28 *Assistência Social Dom Capelo - IASDOC); Madalena Fuchs (Educandário Nossa*
29 *Senhora do Rosário); Tânia Tenório (Gestos); Irani José da Silva e Maria da*
30 *Conceição (Clubes de Mães do Alto do Refúgio); André Luiz (Grupo Adolscer); Mais*
31 *Consultoria; Maria Cristina (Casa de Passagem); Renato Cunha (Centro Social Dom*
32 *João); Denise de Sousa (Centro Educacional do Flau); Kess Jonas Santos (Visão*
33 *Mundial); Micheline Sales (Instituto Nossa Senhora de Fátima); Tereza Santoianin*
34 *(Fundação Cecosne); os/as técnicos/as do COMDICA, Aurely Macedo, Roberta*
35 *Sartori (Sociopedagógico) e Angélica Araújo (Comunicação) e, por fim, a secretária*
36 *executiva, Simone Melo.* A presidente inicia o pleno fazendo a leitura da ordem do dia
37 e pergunta se existe alguma proposta de mudança de pauta. O conselheiro Evandro
38 solicita a antecipação do ponto de pauta referente a publicação do edital de captação
39 de recursos. Solicitação acatada pelo colegiado. Seguindo a pauta, a presidente
40 pergunta sobre a aprovação da ata do dia 13 de novembro do corrente. **O pleno**
41 **acena positivamente e a ata do dia 13 de novembro é aprovada sem ressalvas.**
42 A presidente segue a pauta e solicita que o conselheiro Evandro informe sobre o
43 edital de captação de recursos. O conselheiro inicia a fala e lembra que antes o
44 COMDICA não permitia a modalidade de "doação destinada" por conta de algumas
45 irregularidades que aconteceram no passado. Ele acrescenta que isso gerou um
46 problema sério já que as empresas, por conta das certificações de qualidade que



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 possuem, precisavam indicar instituições próximas as suas unidades de produção
48 para receber recursos. Com o passar do tempo e com o amadurecimento da proposta
49 junto ao colegiado, o pleno deliberou a derrubada da resolução que proibia a
50 iniciativa, diz ele. A partir da deliberação foi permitida esse tipo de doação e a
51 Comissão Jurídica construiu um edital a partir do MROSC - Marco Regulatório das
52 Organizações da Sociedade Civil, com critérios e controles previstos em lei para as
53 organizações apresentar projetos para a mobilização de recursos, diz o conselheiro.
54 Ele diz ainda que o edital já foi lido e aprovado pelo pleno. O conselheiro esclarece
55 também que foi feito um trabalho de sensibilização junto ao Ministério Público, leia-se
56 as promotoras Dra. Rosa e Dra. Jacqueline, que tem um posicionamento contrário a
57 iniciativa do COMDICA. Ele informa também que, para isso, foram realizadas
58 reuniões no CAOPE junto com o Fórum DCA Recife para discutir todo o processo.
59 Evandro coloca ainda que houve uma conversa com o desembargador Luiz Carlos
60 para apresentação do edital. O conselheiro lembra que a proibição da "doação
61 casada" ou "doação destinada" foi ajuizada e seguiu todos os trâmites legais, sendo
62 permitido, por fim, o tipo de doação no pleno do Tribunal de Justiça (TJ). O
63 conselheiro afirma que o edital não é algo inédito e o que foi feito pela comissão foi
64 uma compilação de editais de outras capitais que permitem o tipo de doação. A
65 previsão é que no próximo sábado, dia 01, seja publicado no Diário Oficial para
66 conhecimento público, afirma Evandro. Ele conclui e diz que não é aceitável que as
67 organizações finalizem as suas atividades por conta da falta de recursos enquanto
68 que as empresas querem doar e não seja permitido. A presidente pergunta se o
69 colegiado tem alguma dúvida sobre o assunto. A resposta do pleno é negativa. Dito
70 isso, ela afirma que o passo seguinte será a publicação do edital. Seguindo a pauta, a
71 presidente solicita a apresentação da Plataforma Quero Impactar pelos
72 representantes da Controladoria Geral do Município. A representante da
73 controladoria, Valesca, agradece a convocação do COMDICA e apoio dos
74 conselheiros(as) quanto a estruturação do projeto. Ela diz que a plataforma é um
75 trabalho de engajamento a partir de uma concepção da Secretaria de
76 Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, na
77 pessoa do conselheiro Alexandre Nápoles, a partir de um projeto estruturador para o
78 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMCA). Assim, o controlador do
79 município, Rafael Figueiredo, aprofundou a ideia e conseguiu colocar no papel um
80 projeto inovador, afirma ela. A representante diz que o projeto envolve várias
81 secretarias e outros fundos. O representante da controladoria, Frederico, inicia a
82 apresentação informando que a ideia é convidar os(as) doadores(as) a causar
83 impacto através da doação para o fundo escolhido e acompanhando os projetos
84 sociais desenvolvidos. A plataforma é inovadora e baseada no instrumento que já
85 existe no setor privado que é o *Crowdfunding* Público, diz o representante. Ele
86 afirma que o financiamento é coletivo e de interesse público ligado à criança e ao
87 adolescente, pessoa idosa, ao esporte e a cultura. A plataforma tem como uma de
88 suas bases a Lei Federal Nº13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da
89 Sociedade Civil. Uma das vantagens é que o doador (pessoa física ou jurídica)
90 poderá utilizar o valor como dedução do seu imposto de renda em sua declaração,
91 afirma Frederico. Ele coloca que entre os componentes da plataforma estão o Fundo
92 Municipal da Criança e do Adolescente/COMDICA; Fundação de Cultura; Fundo



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 Municipal do Idoso e Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer (SETUREL). Frederico
94 afirma que o processo funciona a partir de um chamamento público, passa pela
95 inclusão do projeto no portal, execução e acompanhamento e, por fim, prestação de
96 contas. Ele afirma que as doações podem ser feitas de duas maneiras: direcionadas
97 para o projeto/entidade ou para o fundo municipal. Ele informa que tudo será feito de
98 forma online e o valor da doação será destinado para a conta do fundo. A plataforma
99 disponibiliza espaço na página do projeto para atualização das ações com fotos,
100 vídeos e/ou depoimentos para acompanhamento do doador, afirma ele. O
101 representante lembra que no caso de doações feitas para o Fundo da Criança e do
102 Adolescente, o COMDICA deverá receber 100% do valor doado e fica responsável
103 pela sua distribuição. Já no caso de doações para projetos ou entidades, o COMDICA
104 recebe 100% do valor doado e repassa 75% para o projeto/entidade. A conselheira
105 Andréa Castro pergunta se os recursos poderão ser doados diretamente para a
106 instituição credenciada. Frederico afirma que os recursos doados entram diretamente
107 para a conta do COMDICA/FMCA. O conselheiro Alexandre Nápoles enfatiza que a
108 plataforma disponibiliza duas formas de doação. Ele diz que na doação direta a
109 pessoa ou empresa, o(a) doador(a) escolhe o projeto e faz a doação. Nesse caso, a
110 doação não passa pela conta do COMDICA/FMCA e, assim, não existe nenhum
111 benefício fiscal, diz ele. O conselheiro lembra que para acontecer o benefício fiscal e
112 por meio do imposto de renda, o(a) doador(a) tem quatro opções de fundos para
113 escolher na plataforma, um deles é o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.
114 O conselheiro conclui e afirma que a plataforma é uma oportunidade importante de
115 visibilidade dos projetos sociais executados pelas organizações. Frederico coloca que
116 a plataforma está em fase final de desenvolvimento e a previsão de lançamento é
117 para o próximo dia 10 de dezembro do corrente. Rebeca, da equipe da controladoria,
118 apresenta o protótipo da plataforma e afirma que a página inicial vai abranger todos
119 os fundos disponíveis para doação. Ela afirma que a página terá também *links*
120 rápidos de acesso. Rebeca lembra que é importante deixar disponível na plataforma
121 projetos financiados num tempo limite de três meses para ter sempre informações
122 novas e diferenciadas. Existem também abas para depoimentos, um blog, vídeos,
123 fotos, textos e montante arrecadado, diz ela. A sociedade civil pergunta como será o
124 processo de cadastramento de conteúdos das entidades nas páginas do portal e se já
125 existe um processo de divulgação/comunicação da plataforma para que as empresas
126 conheçam o processo a fundo. Valesca coloca que a controladoria será o órgão
127 administrador da plataforma, mas quem decide o que vai publicar é o órgão. Todo o
128 conteúdo será colocado pelo COMDICA, diz ela. A controladoria é só apoio técnico, a
129 disponibilização de textos, vídeos, entre outros conteúdos, é COMDICA, afirma a
130 representante. Valesca diz que ainda vai analisar a questão do tempo limite de
131 disponibilidade dos projetos na plataforma com o COMDICA. Ela diz que só foi
132 estabelecido o tempo hábil para doação. Quanto a comunicação do projeto, ela afirma
133 que foi criado com apoio institucional da prefeitura municipal um projeto de
134 divulgação, mas que todas as pessoas, instituições e órgãos podem apoiar na
135 divulgação da plataforma. A conselheira Andréa Castro pergunta se já há um *check-*
136 *list* de como será feita a dinâmica de inclusão de conteúdos com padronização de
137 imagens na apresentação de projetos. O conselheiro Alexandre Nápoles lembra que
138 o COMDICA é um dos órgãos da plataforma. Nápoles diz que o COMDICA insere



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 projetos aprovados pelo órgão. Ele chama a atenção que existem projetos que não
140 estão registrados em nenhum dos órgãos parceiros da plataforma e, então, nesse
141 caso, a controladoria é que deve inserir o conteúdo no sistema. É importante notar
142 que são muitas as instituições que atuam na Cidade do Recife, diz o conselheiro.
143 Com relação ao tempo de exposição de cada projeto na plataforma, o conselheiro
144 lembra que cada fundo tem autonomia para gerir da sua forma. No COMDICA, o
145 prazo máximo de captação de recursos é de dois anos, avisa Alexandre. O
146 conselheiro diz ainda que a plataforma é apenas uma ferramenta de captação de
147 recursos e, não, a única. Ele diz ainda que as instituições que não conseguem captar
148 recursos terão disponíveis o edital anual do FMCA. Por fim, Nápoles reafirma a
149 importância na divulgação da plataforma. Renato (Centro Social Dom João) acredita
150 que a plataforma é um avanço. Ele pergunta como será feita a doação: boleto, cartão
151 de crédito ou depósito. Uma outra questão apresentada por Renato é a necessidade
152 de um curso para que as instituições compreendam como obter sucesso no tipo de
153 negócio oferecido pela plataforma. Rebeca coloca que a plataforma está sendo
154 desenvolvida para pagamento em boleto, via Banco do Brasil. Ela coloca que a
155 controladoria pensa em fazer um vídeo explicativo de como o usuário pode fazer a
156 doação pela plataforma. Ela coloca que a controladoria vai anotar a sugestão sobre
157 do curso. O conselheiro Albérico pergunta como será feita a prestação de contas e o
158 acompanhamento dos projetos. Valéria coloca que a plataforma não prevê essa
159 questão. Ela coloca como exemplo o FUNCAD, de São Paulo, que é específica.
160 Valéria informa ainda que o Ministério Público não gosta de utilizar o termo
161 "prestação de contas". Ela diz que a controladoria está chamando "prestação de
162 contas social" ou "resultado visível ao usuário/doador". A representante coloca que
163 o(a) doador(a) está preocupado(a) com o resultado do projeto e não com a planilha
164 financeira do projeto. O COMDICA tem a responsabilidade, junto com as entidades,
165 de oferecer um *feedback* para os(as) doadores(as). Valéria coloca ainda que a
166 prestação de contas precisa ser algo mais moderno. Ela afirma que a controladoria
167 assinou um Termo de Colaboração Técnica com o Estado do Ceará. Valéria afirma
168 que o Ceará desenvolveu um sistema chamado *E-parceria* que faz com que a
169 entidade e o órgão envolvido desenvolva a prestação de contas dentro de um
170 sistema. É como se fosse um Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de
171 Repasse (SICONV) para o Marco Regulatório, diz ela. Valéria coloca que a
172 controladoria está tentando a cessão do sistema que é projeto para 2019. Maria da
173 Conceição (Pequena), do Clubes de Mães do Alto do Refúgio, acredita que é
174 importante fazer uma mobilização dentro das RPA's para divulgar a plataforma.
175 Fernando (Geração 4) pergunta sobre a questão de "bater a meta" de captação. O
176 conselheiro Alexandre diz que não há devolução para o(a) doador(a). Ele diz que se a
177 instituição não conseguir captar, no mínimo, 20% do valor do projeto, os recursos
178 ficam no FMCA para futuros editais. Ele explica ainda que a liberação financeira é
179 imediata a partir do momento da captação quando igual ou superior a 20% do valor
180 do projeto. Para evitar o "pingado" e problemas de gestão financeira, o COMDICA
181 junta o valor captado e entrega para a instituição, diz o conselheiro. O restante vai de
182 acordo com o desembolso do projeto, afirma Nápoles. Ele diz que ao final do projeto
183 é preciso prestar conta. O conselheiro Evandro diz que é preciso que a instituição
184 preveja a questão no modelo do plano de trabalho. Ele diz que a instituição pode



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 captar ou não. A presidente afirma que a lógica do MROSC é processual. Em nome
186 do colegiado, a presidente agradece o trabalho realizado ao longo dos meses pela
187 controladoria. O conselheiro Nápoles lembra que todos estão de parabéns e lembra
188 que o modelo foi construído previamente e coletivamente. **Em regime de votação, a**
189 **presidente pergunta ao colegiado se todos concordam com a publicação do**
190 **edital de captação de recursos no próximo sábado, dia 01. A resposta do pleno**
191 **é positiva. Aprovada a publicação do edital.** Seguindo a pauta, a presidente
192 solicita a apresentação das demandas das comissões. A técnica Roberta faz a
193 apresentação do planejamento mensal (em anexo). A presidente acrescenta que de
194 14 a 21 de novembro esteve em São Paulo para participar do congresso de
195 psicologia, através da experiência do COMDICA, o que permitiu que no dia 21
196 participasse de uma visita ao conselho municipal de direitos da criança e do
197 adolescente/SP para conhecer a prática do órgão na captação de recursos para o
198 fundo municipal. Ela acrescenta que o conselho de São Paulo arrecada, por ano, o
199 montante de 120 milhões. Dando continuidade a exposição das demandas, Roberta
200 apresenta a solicitação de registro de entidade do Centro de Educação Comunitária
201 Gabriela Feliz. Ela afirma que a entidade fica na RPA 4 e o eixo de atuação é a
202 defesa de direitos sociais. A instituição oferece atividades de educação infantil para
203 crianças e apoio social e a sua capacidade de atendimento é de 315 (trezentos e
204 quinze) crianças e adolescentes, diz a técnica. Ela explica ainda que o centro é uma
205 entidade civil, sem fins lucrativos, e tem como missão oportunizar a educação gratuita
206 de qualidade para crianças em situação de vulnerabilidade social e econômica,
207 acreditando na valorização do ser humano e no despertar das potencialidades, dos
208 valores éticos, morais e humanos na infância com agentes transformadores da
209 realidade. A entidade tem como objetivo geral assegurar o desenvolvimento integral
210 de crianças na faixa etária de 03 à 06 anos de idade na Educação Infantil, primeira
211 etapa da Educação Básica (LDB art. 29) e o seu público prioritário, enquanto
212 organização da sociedade civil, são crianças em situação de risco pessoal e social,
213 afirma Roberta. A técnica acrescenta que, em 04/09/2018, a Equipe Técnica do
214 COMDICA realizou visita na referida instituição e que durante a visita foi
215 constatado que o Centro Gabriela Feliz desenvolve atividades de educação para o
216 público da Educação Básica. Ela coloca ainda que a instituição tem Portaria de
217 Credenciamento do Conselho Municipal de Educação – CME (Portaria nº486 de
218 16/03/2016, conforme o Projeto Político Pedagógico). Roberta lembra ainda que, em
219 25/09/2018, o Pleno Ordinário do COMDICA indeferiu o registro da entidade e, em
220 23/10/2018, o centro entregou na sede do conselho um pedido de revisão de decisão
221 junto ao Plano de Ação do ano corrente. Roberta comunica ainda que, em
222 26/10/2018, a Comissão Sociopedagógica, após a leitura do pedido de revisão,
223 recomendou que a equipe técnica orientasse a instituição quanto ao trabalho em
224 relação à política de atendimento e, em 31/10/2018, a equipe técnica recebeu a
225 gestora da instituição. A técnica acrescenta também que, em 05/11/2018, foi
226 protocolado no COMDICA uma Carta de Apelo na qual a entidade explica
227 detalhadamente o trabalho realizado pela instituição. Em 06/11/2018, a Comissão
228 Sociopedagógica fez a leitura da Carta de Apelo e solicitou um parecer da Comissão
229 Jurídica salientando que é uma instituição de ensino com credenciamento no CME,
230 porém realiza atividades complementares junto à sociedade civil, diz Roberta. A



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 técnica fala que, em 13/11/2018, a Comissão Jurídica em conjunto com a Comissão
232 Sociopedagógica, analisou o Estatuto Social do Centro Gabriela Feliz e constatou que
233 o centro apresenta diversas atividades sociais para o público diverso do atendimento
234 no âmbito da atividade informal de educação, o que preenche o requisito para
235 obtenção do registro, não se aplicando o Artigo 13 da Resolução N°001/2016 do
236 COMDICA. Para tanto, segue o parecer da Comissão Jurídica que afirma: "*Diante do*
237 *exposto, a Comissão Jurídica opina pela CONCESSÃO de Registro do Centro de*
238 *Educação Comunitária Gabriela Feliz*". A presidente coloca que trabalhar com
239 criança significa entender as diversas políticas. Ela reafirma que, muitas vezes,
240 quando é feita a visita as instituições é possível perceber que as instituições realizam
241 o trabalho além do que está no papel. A presidente diz ainda como o conselho tem
242 um papel preponderante de orientar as instituições nas diversas políticas. O que
243 revela a importância da qualificação técnica e da representação, afirma ela. A
244 conselheira Andréa coloca que, na primeira vez que foi feita a deliberação em pleno,
245 a documentação apresentada foi a do projeto político educacional do funcionamento
246 de uma escola e, por isso, a necessidade de um novo olhar. A conselheira afirma que
247 esse momento, enquanto COMDICA, foi importante para o colegiado entrar em
248 parceria. **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o**
249 **parecer da Comissão Jurídica. A resposta é positiva e a concessão de registro**
250 **do Centro de Educação Comunitária Gabriela Feliz é aprovada.** A técnica Roberta
251 apresenta a solicitação de registro do Instituto de Medicina Integral Professor
252 Fernando Figueira (IMIP). Segundo a técnica, o instituto não apresenta o eixo de
253 atuação. O público alvo são crianças e adolescentes com idade de 04 a 17 anos,
254 acrescenta Roberta. A técnica coloca que o IMIP é uma associação civil de caráter
255 educativo, de pesquisa e de assistência médica social, com personalidade de direito
256 privado, sem fins econômicos e de duração indeterminada. Em seu CNPJ, aponta
257 como atividade principal o atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares de
258 urgência, diz a técnica. Já entre as atividades secundárias, o instituto aponta a
259 atendimento médico ambulatorial com recursos para realização de procedimentos
260 cirúrgicos; a atividade de apoio à gestão de saúde; o fortalecimento de infra-estrutura
261 de apoio e assistência a paciente no domicílio; a atividade de organizações
262 associativas ligadas à cultura e à arte e, por fim, outras atividades de atenção à
263 saúde humanas não especificadas, diz ela. Roberta aponta que dentro do plano de
264 trabalho do IMIP se destacam também atividades pedagógicas como o Grupo
265 Recomeçar – socioeducativo com crianças e adolescentes em situação de violência e
266 seus familiares; a musicoterapia; a sala de aula para reforço escolar; o grupo de
267 desenvolvimento infantil; o grupo de acompanhantes; o grupo de educação e saúde
268 e, por fim, a atividade livre na brinquedoteca. A técnica afirma que o IMIP possui um
269 quadro técnico compatível com as atividades realizadas e tem o objetivo geral de
270 favorecer a implementação e conscientização dos direitos sociais da criança e do
271 adolescente, propiciando a proteção necessária a esses sujeitos e seus familiares.
272 Ela acrescenta ainda que, em seus objetivos específicos, o IMIP aponta a
273 estimulação da conscientização das crianças, adolescentes e seus familiares sobre
274 os direitos da infância e juventude, o apoio a continuidade do processo de
275 aprendizado das crianças e adolescentes e a possibilidade de momentos de
276 descontração como fator necessário ao desenvolvimento das crianças e adolescentes



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 por meio de atividades lúdicas. Ela diz ainda que o IMIP possui importantes parcerias
278 como a Associação Viva e Deixe Viver, o Centro Dom Helder Câmara- CENDHEC, a
279 Faculdade Paula Frassinete – FAFIRE, a Faculdade Pernambucana de Saúde – FPS,
280 a Fundação Alice Figueira de Apoio ao IMIP – FAF, Órgãos da Rede Pública
281 Municipal e Estadual (Conselhos Tutelares, DPCA, CRAS, CREAS, entre outros).
282 Roberta diz também que, em 06/11/2018, a equipe técnica do COMDICA realizou
283 visita na referida instituição. A técnica acrescenta que, apesar de ser uma instituição
284 de referência e sua atividade principal ser Saúde, a Resolução N°001/2016
285 COMDICA não aponta nenhum impedimento para o registro de instituições que atuem
286 na área hospitalar. Por fim, a técnica informa que, em 23/11/2018, a Comissão
287 Sociopedagógica de acordo com o parecer técnico, não visualizou nenhum
288 impedimento para o registro do IMIP no COMDICA. A técnica diz que durante a visita
289 com a conselheira Valderlene constatou que a IMIP comunicou que precisa do
290 registro no COMDICA para fazer captação de recursos. O conselheiro Nápoles
291 parabeniza a equipe pelo parecer técnico e diz que o documento possibilita
292 segurança para deliberação. Ele coloca que o IMIP faz um trabalho importante para o
293 desenvolvimento das crianças e dos adolescentes que estão no espaço físico. O
294 conselheiro vota favorável ao parecer. A técnica Roberta agradece o elogio e afirma
295 que todos os pareceres são feitos pela equipe e de uma forma coletiva. **Em regime**
296 **de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer da**
297 **Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva e a concessão de registro do**
298 **Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP) é aprovada.** A
299 conselheira Rafaela se abstém da votação em virtude do vínculo empregatício com o
300 instituto. A técnica Aurely apresenta o pedido de inscrição de programas de
301 aprendizagem da Escola Dom Bosco. Ela informa que o regime de atendimento é a
302 orientação e apoio sócio familiar, aprendizagem/profissionalização. Os cursos
303 oferecidos são de Assistente Administrativo – Arco ocupacional / Administração;
304 Música (CBO) – Músico intérprete instrumentista; Atendente de Lanchonete – (CBO)
305 – atendente de lanchonete, diz a técnica. A faixa etária é de 14 aos 22 anos e o
306 público prioritário está previsto nas prerrogativas da Tipificação Nacional dos Serviços
307 Socioassistenciais, afirma a técnica. Aurely diz que a duração do curso é de dez a
308 vinte e quatro meses, a partir da data de validação no Portal Juventude Web_MTE,
309 contendo o número de inscrição do curso no COMDICA. A Coordenação Pedagógica
310 é executada por uma profissional da Pedagogia e a equipe de trabalho tem
311 profissionais na área pedagógica, de assistente social, psicologia, administração,
312 música e instrutores com graduação e pós-graduação e, ainda, conta com outros
313 colaboradores com vínculos junto à CLT, afirma a técnica. Ela coloca que a Inspetoria
314 Salesiana do Nordeste do Brasil (ISNEB) tem por finalidade a assistência social por
315 meio da educação, da cultura e da assistência social, como instrumento de defesa,
316 proteção e promoção da infância, da adolescência, da juventude, e de adultos, em
317 sintonia com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do
318 Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Entre
319 as parcerias da instituição, o Ministério do Trabalho e Emprego, Conselhos tutelares,
320 CRAS, CREAS, Casa Frei Francisco, Casa Menina Mulher, Coletivo Coca-Cola, Plan
321 International, diz a técnica. Entre os resultados esperados, qualificar aprendizes com
322 competência técnica e ética para o mercado de trabalho, fomentando a melhoria na



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323 qualidade de vida do adolescente ou jovem no seu âmbito familiar; resgatar a
324 autonomia dos participantes quanto á construção de seus respectivos projetos de
325 vida; formar em caráter ético-profissional os/as adolescentes e jovens como cidadãos
326 e sujeitos de direitos e deveres, ampliando a visão pessoal e profissional dos
327 mesmos, coloca Aurely. A estrutura da entidade dispõe de seis salas de aula com
328 equipamentos multimídia, ar condicionado, quadros, mobiliário para as atividades
329 teóricas e lúdicas, três laboratórios de informática, uma sala de vídeo, uma sala para
330 atividades multimídias, oito salas de coordenação, um auditório, três toaletes com dez
331 banheiros, um campo de futebol, uma quadra poliesportiva coberta e com
332 acessibilidade, área de convivência com mesas de ping-pong, totó, cantina, jardins e
333 hall, afirma a técnica. As inscrições de programas de aprendizagem solicitadas são
334 de APRENDIZ EM MÚSICA nº 72464 – cotas alternativas/Curso cadastrado no
335 Juventude Web MTE – 23/08/2018 -CBO: Músico intérprete instrumentista;
336 APRENDIZ EM MÚSICA nº 72465 – cotas alternativas/Curso cadastrado no
337 Juventude Web MTE – 23/08/2018 - CBO: Músico intérprete instrumentista;
338 AUXILIAR DE ESCRITÓRIO nº 72440 – cotas regulares/Curso cadastrado no
339 Juventude Web MTE – 23/08/2018 - Arco ocupacional: Administração; AUXILIAR DE
340 ESCRITÓRIO - Administração nº 72441 – cotas regulares/Curso cadastrado no
341 Juventude Web MTE – 23/08/2018 - Arco Ocupacional: Administração; ATENDENTE
342 DE LANCHONETE nº 72387 – cotas regulares/Curso cadastrado no Juventude Web
343 MTE – 20/08/2018 - CBO Atendente de lanchonete. Com relação as cotas
344 alternativas, Aurely esclarece que o COMDICA acompanha a discussão sobre o
345 assunto no Fórum de Aprendizagem/comissões de Vulnerabilidade e de Legislação e
346 que a modalidade já é aplicada em alguns estados. Sobre a modalidade, Aurely
347 informa que as empresas precisam requerer nas unidades do Ministério do Trabalho
348 a assinatura de um Termo de Compromisso para cumprir a cota de forma alternativa
349 para empresas que não poderiam cumprir a cota de Aprendizagem no modelo
350 tradicional. A parte teórica do programa será desenvolvida após firmatura do termo de
351 compromisso com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, o estabelecimento
352 contratante e, a entidade qualificada por ele já contratada, deverão firmar
353 conjuntamente, parceria com uma das entidades concedentes para a realização das
354 aulas práticas. A Lei da Aprendizagem Profissional determina que todas as empresas
355 de médio e grande portes mantenham em seus quadros jovens de 14 a 24 anos, na
356 modalidade de Aprendiz, com cotas que variam de 5% a 15% por estabelecimento,
357 diz a técnica. Concluindo o parecer, a técnica afirma que após análises e
358 considerando as informações prestadas pela entidade solicitante, informa que, a
359 entidade apresentou todas as documentações solicitadas e informou, através de e-
360 mail, a previsão de início dos cursos. Os dados relatados nas documentações
361 institucionais e no programa dos cursos atendem a legislação vigente e a Resolução
362 COMDICA N°001/2016, portanto, é recomendado o DEFERIMENTO dos cursos
363 APRENDIZ EM MÚSICA nº 72464 – cotas alternativas / APRENDIZ EM MÚSICA nº
364 72465 – cotas alternativas / Auxiliar de Escritório nº 72440 – cotas regulares / Auxiliar
365 de Escritório - Administração nº 72441 – cotas regulares / Atendente de lanchonete nº
366 72387 – cotas regulares – para o Programa Adolescente Aprendiz. Ela diz também
367 que a Comissão Sociopedagógica recomenda o DEFERIMENTO da inscrição do
368 Programa Adolescente Aprendiz para os cursos abaixo referentes, a cotas



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

369 alternativas e regulares: **APRENDIZ EM MÚSICA nº 72464 – cotas alternativas;**
370 **APRENDIZ EM MÚSICA nº 72465 – cotas alternativas; AUXILIAR DE**
371 **ESCRITÓRIO nº 72440 – cotas regulares; AUXILIAR DE ESCRITÓRIO nº 7244 -**
372 **cotas regulares; ATENDENTE DE LANCHONETE nº 72387 – cotas regulares.** O
373 conselheiro Nápoles afirma que tem dúvidas sobre a quantidade de instituições
374 registradas e que atuam na área da aprendizagem no Recife. Aurely informa que de
375 acordo com o último recadastramento, o número chega a vinte e duas, mas atuando
376 recorrentemente de seis à oito instituições. O conselheiro Nápoles vota a favor do
377 parecer. A presidente lembra que durante muito tempo o conselho não acompanhou o
378 Fórum de Aprendizagem. Ela diz que das vinte e duas instituições registradas no
379 COMDICA, apenas seis são capacitadoras e estão registradas no Ministério do
380 Trabalho. O conselho precisa realizar o trabalho junto a essas instituições em 2019,
381 afirma a presidente. A conselheira Rafaela tem dúvidas quanto ao desvio de funções
382 dos aprendizes junto as empresas nos casos das cotas alternativas. Aurely coloca
383 que há dois mecanismo de controle: monitoramento do COMDICA através das
384 documentações e fiscalização do Ministério do Trabalho. A presidente diz que de fato
385 as cotas alternativas é uma atribuição do *Sistema S*, mas na prática não é assim,
386 devido a grande defasagem escolar do público prioritário. Ela diz que o público
387 atendido não responde as exigências postas pelo *Sistema S* e nem por outros órgãos.
388 Com relação as cotas alternativas para Aprendiz em Música, a presidente diz que o
389 trabalho com música é o que mais demanda oportunidade de mercado hoje no
390 Estado. Ela afirma que não é por acaso que as instituições estão buscando nas áreas
391 de gastronomia e música oportunidades para o público alvo já que essas pessoas são
392 talentosas e inteligentes, mas que precisam de oportunidades e alinhar o que
393 desejam e ter perspectiva de futuro. É preciso ampliar o debate, diz ela. A técnica
394 Aurely afirma que há uma sensibilização nesse sentido, mas que acontece um
395 entrave nas empresas que apontam para determinados seguimentos no mercado. É
396 preciso considerar os desejos e as potencialidades dos adolescentes e jovens, diz
397 ela. A técnica lembra que a Escola Dom Bosco é a primeira instituição a apresentar
398 no COMDICA cursos nessa perspectiva. O conselheiro Nápoles coloca que a
399 empresa que procura o processo de aprendizagem já tem a intenção de fazer o certo.
400 **Em regime de votação, a presidente pergunta ao colegiado se aprova o parecer**
401 **da Comissão Sociopedagógica. A resposta é positiva. Aprovada concessão de**
402 **inscrição de programas de aprendizagem da Escola Dom Bosco.** A presidente
403 registra que tem outras entidades em processo e que o COMDICA está quase
404 zerando as solicitações de registro e inscrições que estavam pendentes. Seguindo a
405 pauta, a presidente solicita a apresentação do relatório final da X Conferência
406 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife. A técnica Aurely inicia
407 a apresentação em síntese (em anexo). A técnica lembra que o documento ainda
408 será esmiuçado pelas comissões, em especial, a Comissão Sociopedagógica, afirma
409 Aurely. O relatório será encaminhado ao Conselho Estadual de Promoção e Defesa
410 dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA) até o final do
411 mês, conforme documentos orientadores. Ao final da apresentação, Aurely comunica
412 que solicitou as entidades o encaminhamento dos documentos e autorização, por
413 escrito, das crianças e dos adolescentes que devem participar do processo da
414 conferência estadual. Ela diz que ainda não chegou nenhum desses documentos.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

415 André (Adolescer) coloca que não entendeu a necessidade da autorização e
416 perguntou se é necessário reconhecer a firma do documento. Aurely diz que a
417 solicitação partiu do próprio CEDCA em virtude da criança ou adolescente passar
418 para uma etapa nacional. A técnica afirma que não é necessário reconhecer firma.
419 Ela acredita que cabe uma consulta ao CEDCA sobre a data de envio. O conselheiro
420 Albérico acredita que o documento é importante, independentemente do custo que
421 possa ter. Concluída a etapa de apresentação, a presidente lembra que o ponto
422 seguinte é a definição de uma data para o fechamento do Plano Municipal de
423 Violência Sexual e o Plano de Erradicação do Trabalho Infantil. Ela sugere deixar em
424 aberto já que o COMDICA está iniciando o recadastramento das instituições e
425 também concluindo os relatórios de final de ano. A presidente lembra que é preciso
426 definir uma data para o planejamento estratégico das ações do próximo ano. Ela
427 coloca que a partir de tudo que foi feito em 2018 é preciso pensar um horizonte para
428 2019. A presidente lembra que o trabalho foi ampliado a partir da participação de
429 todos os fóruns nas ações. Ela também coloca que um conselheiro e uma conselheira
430 devem embarcar para São Paulo para realizar uma capacitação do SINASE. Ela
431 finaliza convocando o próximo pleno para o dia 18 de dezembro. Nesse dia acontece
432 um pleno ordinário pela manhã e outro extraordinário a tarde, diz a presidente.
433 **INFORMES GERAIS** - Roberta lembra que o recadastramento encerra dia 06 de
434 dezembro e que, até o momento, apenas cinco instituições encaminharam as
435 documentações. Finalizada a discussão e não havendo nada mais a tratar, a
436 presidente encerra o pleno às 11h42.

437

438 Recife, 27 de novembro de 2018

439

440

441

442

443 **Maria do Livramento de Aguiar**

444 Presidente

445

446

447

448

449 Alexandre José Bastos Nápoles de Carvalho Filho

450 (Conselheiro / Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e
451 Direitos Humanos)

452

453

454

455

456 Germana Bezerra Suassuna

457 (Conselheira / Secretaria de Saúde)

458

459

460

461

462



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

463
464
465
466
467
468
469
470
471
472
473
474
475
476
477
478
479
480
481
482
483
484
485
486
487
488
489
490
491
492
493
494
495
496
497
498
499
500
501
502
503
504

Andréa Ricardo de Castro
(Conselheira / Secretaria de Educação)

Albérico Spinelli Correia dos Santos
(Conselheiro / Secretaria de Finanças);

Andréa Maria Guerra Coimbra de Carvalho
(Conselheira / Procuradoria Geral do Município)

Ana Paula Lins e Silva
(Conselheira / ESPRO);

Valderlene Guimarães Santos
(Conselheira / Crefito);

Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa
(Conselheira / CRESS);

Evandro Alves de Freitas
(Conselheiro / Instituto Solidare);